

Notas sobre planejamento urbano, trabalho quilombista, e planos territoriais geridos por mulheres quilombolas em Porto Alegre/RS

Lara Machado Bitencourt¹

RESUMO: Este artigo explora as interconexões entre o planejamento urbano, o trabalho quilombista e os planos territoriais geridos por mulheres quilombolas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O estudo investiga como a gestão territorial realizada por essas mulheres se articula com as dinâmicas urbanas e as políticas públicas, além de discutir o impacto do trabalho quilombista nas estratégias de organização e resistência das comunidades quilombolas na cidade. A pesquisa aborda, ainda, os desafios enfrentados por essas mulheres no processo de fortalecimento do protagonismo feminino no contexto urbano e as formas como elas buscam afirmar seus direitos territoriais frente às pressões urbanísticas. Por fim, o artigo destaca a importância do reconhecimento e da valorização dos saberes e práticas quilombolas no planejamento urbano, propondo reflexões sobre como integrar essas perspectivas nas políticas urbanas de maneira mais inclusiva e justa.

Palavras-chave: quilombos urbanos; planejamento e gestão territorial quilombola; mulheres quilombolas.

*Recebido em: 17/04/25 | Avaliado em: 10/01/25
Publicado em: 26/05/26*

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora extensionista do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS). Email: laaarabientecourt@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0679-7079>.

Como citar:

BITENCOURT, Lara Machado. Notas sobre planejamento urbano, trabalho quilombista, e planos territoriais geridos por mulheres quilombolas em Porto Alegre/RS. *PragMATIZES-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói/RJ, Ano 16, n. 30, p. 01-31, 2026. DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v16i30.67016>.



Considerações iniciais

Este artigo é parte integrante da tese *Urbanismo Quilombola: Notas GeoQuilombistas sobre planejamento urbano em Porto Alegre/RS*, defendida em março de 2025 através da linha de pesquisa em análise territorial do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PósGea/UFRGS), sob a orientação da professora doutora Cláudia Luisa Zeferino Pires. Para este, recorte apresentaremos as narrativas teórico-metodológicas que conduzem nossa pesquisa e refletem a situacionalidade de ser realizada por uma mulher mestiça, de classe média baixa, mas com o privilégio de acesso à educação continuada em uma conceituada instituição de ensino público. Apresentar essa condição é determinante para compreender a estrutura desta pesquisa realizada a partir do olhar de uma pessoa não quilombola sobre o quilombo contemporâneo e suas experiências territoriais em Porto Alegre/RS.

Enquanto forma de expressão humana, a narrativa mescla duas competências que se misturam e se confundem na criação de imaginários. De modo que uma narrativa é em parte descrição do real percebido e em parte criação imaginada a partir do narrador. Para a linguista Maria da Conceição Passegi (2010), vivemos em uma sociedade biográfica onde registrar nossos caminhos é também dominá-los pela presença, pois:

Ao longo da história da humanidade, os instrumentos tornaram-se cada vez mais sofisticados e as biografias, reservadas inicialmente a fatos memoráveis de personalidades históricas, democratizaram-se. A escrita de si tornou-se tão usual que podemos falar de uma sociedade biográfica. Desde a liberdade dos web sites, que atingem cifras inimagináveis de usuários - Second Life, Facebook, Orkut, Twitter, MySpace, Nègropouruninconuu, Museu da Pessoa...- ao imperativo biográfico dos curriculum vitae, dos projetos de vida, dos memoriais. Ao longo da vida de cada indivíduo, a escrita de si pode se tornar um objeto de desejo a efetivar-se, ou jamais fazer parte do eu querer e/ou poder. Portanto, se narrar é humano, o trabalho de biografização é uma ação civilizatória, que exige manuseio de tecnologias marcadas pela cultura, que arrastam consigo relações de poder e implicam saberes, querereres e deveres. (Passegi, 2010, p. 104).

Na mesma linha da biografização do mundo enquanto prática civilizatória, o filósofo francês Henri Lefebvre nos fala sobre a *Produção do Espaço* (1974) enquanto uma dialética do espaço. Neste local, no qual se compreende o mundo vivido enquanto experimentação coletiva, o mundo percebido como a soma das experiências coletivas aos julgamentos e percepções do indivíduo e o mundo concebido como a capacidade do sujeito de representar suas percepções individuais sobre o mundo compartilhado. A



concepção do mundo vivido não deixa de ser, por sua vez, uma narrativa e, como tal, está composta pelas ideologias e julgamentos do sujeito que a enuncia, atentando aos limites do lugar de onde se projeta esse enunciado, sejam eles limites de situação - do lugar enquanto cidade/campo e tempo presente/passado, ou os limites de condição - do lugar enquanto corpo feminino/masculino, negro/branco/mestiço, jovem/velho, etc.

Nas narrativas do mundo concebido, devemos pensar para além das características de situação e condição dos narradores, também o aspecto da memória enquanto elemento fundamental para a elaboração dessas narrativas. É a partir da memória e seus elementos de compreensão que se constroem as representações do mundo concebido, visto que é necessário respeitar o tempo de acomodação das ideias e significados (TARDIF, 2002) para a assimilação e afirmação dos acontecimentos no torvelinho do mundo vivido, e isso não é diferente quando as narrativas se referem às afirmações de ser.

Para a geógrafa brasileira Nola Gamalho (2016), as narrativas são espaços de criação através dos quais atores recriam suas trajetórias e elaboram seus pertencimentos (Gamalho, 2016, p. 43). Já para a geógrafa mexicana Alicia Lindón (2000), *“el redescubrimiento de la inmaterialidad como parte del espacio ha contribuido al hallazgo (hecho por las teorías espaciales) del lenguaje [...], las narrativas y los relatos [...] como constructores de los lugares”* (Lindón, 2000, p. 18). As narrativas das mulheres quilombolas não são formadas por histórias únicas (Adichie, 2019) mas sim por múltiplas e coetâneas histórias e geografias (Massey, 2008) que promovem a tecitura de Porto Alegre que não pode ser negligenciada em seu planejamento urbano.

Atualmente, são onze as comunidades quilombolas em contexto urbano de Porto Alegre. São elas, o Quilombo da Família Silva, o Quilombo do Areal, o Quilombo da Família Fidélix, o Quilombo dos Alpes, o Quilombo da Família Machado, o Quilombo da Família Flores, o Quilombo da Família Lemos, o Quilombo da MOCAMBO, o Quilombo Família de Ouro - Ilê de Oxum e Ossanha, o Quilombo Kédi e o Quilombo Santa Luzia. Dez das onze comunidades quilombolas de Porto Alegre são certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

Entender a complexidade das onze comunidades quilombolas de Porto Alegre é um trabalho que vai muito além de uma pesquisa de doutorado, desta forma, elegemos as comunidades do Quilombo dos Alpes, Flores, Lemos, Kédi e Machado como escopo desta



pesquisa. De todo modo, o cenário geral nos mostra que evidentemente existe um plano de destruição e segregação urbana vigente em Porto Alegre, e insinuá-lo é uma ideia perversa, mas insistir neste modelo saturado é um crime ambiental, social e cultural. Entretanto, o projeto de cidade quilombola resiste aos ataques das gestões mercadológicas, despontando enquanto alternativa para a diminuição das desigualdades, reivindicando titulação e regularização fundiária como parcela fundamental para o pagamento da dívida histórica e geográfica do Estado Brasileiro aos crimes de lesa humanidade praticados durante o período escravista. Demonstrando que o racismo estrutural que atravessa a questão quilombola, seja em contexto urbano ou rural, não se trata apenas de um problema pontual de gestão, mas que é sim um problema social, que exige uma abordagem pedagógica multiplicadora.

Por essa razão, o trabalho de campo, enquanto procedimento metodológico, se apresenta como componente conceitual fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. A vivência continuada nos territórios quilombolas contribui para a compreensão e o desenvolvimento das epistemologias geradas pelos sujeitos e seus saberes a partir e para além de seus territórios. Desta forma, essa pesquisa possui uma trajetória conceitual e metodológica atravessada pelas vivências junto aos territórios quilombolas do Alpes, Flores, Kédi, Lemos e Machado.

Encontrando o pensamento quilombista no planejamento urbano das comunidades quilombolas de Porto Alegre/RS

Na intersecção do pensamento acadêmico e do pensamento quilombola, encontra-se, no quilombismo, uma defesa política e intelectual, proposta pelo filósofo e dramaturgo paulista Abdias do Nascimento, para a fundamentação de nossas intencionalidades. Assim, conforme definido por Abdias (2019 [1980]), o pensamento quilombista é uma práxis engendrada pelo povo afro-brasileiro para sobreviver à violência do período escravista e colonizar proficuamente a formação socioespacial brasileira. Desta forma, como destaca o autor:

Um ponto importante do quilombismo: o caráter nacionalista do movimento. Nacionalismo aqui não deve ser traduzido como xenofobismo. Sendo o quilombismo uma luta anti-imperialista, se articula ao pan-africanismo e sustenta a radical solidariedade com todos os povos em luta contra a exploração, a opressão, o racismo e as desigualdades motivadas por raça, cor, religião ou ideologia. (Nascimento, 2019 [1980], p. 283-284).



Portanto, a proposta desta pesquisa é de uma abordagem teórico-metodológica em formato de práxis, tomando o quilombismo como orientação conceitual e metodológica. As dimensões da pesquisa co-participante e situada de Paulo Freire (2018 [1972]) e da pesquisa-ação de Michel Thiollent (1998 [1986]) como modos de ler-pensar-agir sobre a urbanização produzida pelas comunidades quilombolas em Porto Alegre. Deste modo, se faz indispensável compreender a múltipla identidade do quilombo contemporâneo, que também é experienciado a partir do quilombo cotidiano. Pois, se o quilombo jurídico é a face identitária do quilombo vista primeiramente pelos não quilombolas, o quilombo cotidiano é a primeira dimensão da identidade quilombola, compreendida e vivenciada diariamente pelos sujeitos quilombolas.

No recorte desta pesquisa, aborda-se a dimensão do quilombo cotidiano a partir da ótica das mulheres quilombolas, que cederam, em entrevistas qualitativas semi-estruturadas, ferramentas para entender e desenhar as propostas existentes e desejadas para a qualificação do bem-viver de suas comunidades, conseqüentemente, contribuindo para os projetos de urbanização quilombola da cidade. Corroborando-se pelas palavras da antropóloga Ilka Leite, compreendem-se as propostas trazidas pelas mulheres quilombolas em contexto urbano como um projeto político quilombola, em que:

O quilombo passa paulatinamente a condensar, a integrar diversas noções de direito que abrangem não só o direito a terra mas todos os demais; quando esse vai do território as manifestações artísticas; quando o direito quilombola quer dizer educação, água, luz, saneamento, saúde, todos os direitos sociais até então negados a essas populações; quando o direito vai o campo à cidade, do individual ao coletivo; e, principalmente, quando o quilombo como direito confronta projetos e modelos de desenvolvimentos, questiona certas formas de ser e viver, certos usos dos recursos naturais, seus usufrutos, o parentesco, a herança, as representações políticas e muito mais; quando o quilombo deixa de ser exclusivamente o direito à terra para ser a expressão de uma pauta de mudanças que, para serem instauradas, precisam de um procedimento de desnaturalização dos direitos anteriores: de propriedade, dos saberes supostos sobre a história, dos direitos baseados nas concepções de público e privado, entre tantos outros. (Leite, 2008, p. 974-975).

Logo, a trajetória desta tese reflete a complexidade e multiplicidade do quilombo contemporâneo e em contexto urbano, a partir das narrativas de e sobre Porto Alegre. Evidenciando que, para além da titulação, fundamental à segurança territorial das comunidades quilombolas, existe também um projeto de ações e desejos em curso, protagonizado pelas mulheres quilombolas por meio das construções cotidianas engendradas em seus territórios.



Quilombo Cotidiano

Para o geógrafo baiano Milton Santos, o cotidiano deve ser lido como uma importante dimensão do espaço, pois se encontram no cotidiano três dimensões da existência. São elas: (1) a dimensão da corporeidade, (2) a dimensão da individualidade e (3) a dimensão da socialidade, fundamentais para uma leitura espacial em sua complexidade. O Quilombo Cotidiano se apresenta então como uma dimensão espacializada das identidades quilombolas, construída pela herança do passado e as perspectivas do futuro, e que, conforme Santos:

O cotidiano supõe o passado como herança. O cotidiano supõe o futuro como projeto. O presente é esta estreita nesga entre o passado e o futuro e cuja definição depende das definições de passado e de futuro: desta existência do passado, da qual não nos podemos libertar porque já se deu; e desse futuro, que oferece margem para todas as nossas esperanças, exatamente porque ainda não existe. (Santos, 1996, p. 10).

Desta forma, o cotidiano quilombola está entranhado pelas heranças de resistência, forjadas por seus ancestrais, na mesma medida em que cria experiências e expectativas para os seus sujeitos no futuro. Não se pode então negar as lacunas deixadas por um passado de exclusão e as sequelas que trezentos anos de escravidão provocam na sociedade brasileira. Portanto, o espaço do quilombo cotidiano é marcado por traços de pobreza material, infraestrutura precária ou inexistente, mobilidade dificultada e acesso a serviços de saúde e educação que não reconhecem suas particularidades e/ou se encontram distantes de seus territórios, ou estão superlotados, de modo que as comunidades quilombolas contemporâneas nas grandes cidades e metrópoles podem ser confundidas com favelas.

Esse discurso, preconizado pela historiadora Beatriz Nascimento (1981) e reiterado pelo geógrafo carioca Andreino Campos (2010), do percurso do quilombo à favela, contribui para compreender as complexidades das resistências negras e pindorâmicas, marginalizadas pelo projeto colonial, mas também sugere ambiguidade se lido superficialmente. A favela é um projeto do colonizador de manutenção da pobreza, o quilombo é um projeto de insubordinação e cidadania, mesmo que essa última seja constantemente mutilada pela estruturação racista da sociedade brasileira.

Os traços de solidariedade e insubordinação ao individualismo e à pobreza, material e cultural, sendo atribuídos à favela quando esta é entendida como o quarto de despejo das grandes cidades, são uma característica quilombola identitária presente



ontologicamente nos sujeitos, de modo a reiterar a máxima de Beatriz Nascimento, quando diz que o seu corpo é um quilombo. Neste capítulo, o foco será a dimensão do quilombo cotidiano e sua espacialidade territorial, mas, em breve, retornaremos à dimensão do quilombo ontológico.

Portanto, o quilombo cotidiano é formado pela reunião espacial de muitos sujeitos que também são e vivenciam o quilombo ontológico, criando nos sentidos dados às suas relações com o espaço compartilhado, e entre os seus, os significados de lugar, por afeto e solidariedade, e de território por refúgio e defesa. Toda favela pode ser lida como quilombo quando os sujeitos favelados possuem, em sua existência, os valores quilombolas, exercitando as dimensões identitárias e sociais de solidariedade, comunitarismo, família, acolhimento e partilha associadas à defesa e manutenção de seus territórios. Do mesmo modo como todo quilombo se fragiliza e se faveliza quando deixa que a ladaia promovida pelos sujeitos não quilombolas, mas que com eles repartem o território, enfraqueça os sentidos comunitários de família e proteção.

Conceitualmente, ladaia, nesta pesquisa, é um termo construído junto às mulheres quilombolas da Família Machado, para expor pontos de conflitos promovidos pelos moradores do território quilombola que contribuem para a desarticulação dos projetos coletivos promovidos a partir das associações quilombolas, formalizadas ou embrionárias. Conforme foi observado posteriormente nas entrevistas com as mulheres quilombolas das demais comunidades, a ladaia é uma estratégia de desarticulação presente em todos os territórios, que surge sempre carregada de muitos desencontros, evidenciando proposições individualistas, com pouca ou nenhuma proposição coletiva.

Assim, a *ladaia* é entendida pelas mulheres e compartilhada pelos demais quilombolas, como uma atitude leviana, vaidosa e, não raro, de má-fé. As ladaias são constantemente criadas por sujeitos que vivem o território quilombola, e só se reconhecem como tal quando há benefícios, mas quando este não existe, ou são trabalhosos de se alcançar, o ladaiero apresenta obstáculos que contribuem para a desarticulação dos sentidos quilombolas de coletividade.

A intenção aqui não é desenhar um cenário utópico de harmonia sobre o quilombo cotidiano, ou pior, autoritário, onde não existem divergências, contrariedades, indisposições e incompreensões genuínas do processo de conviver. Contudo, cabe ressaltar que, quando as lideranças quilombolas assumem a parcela da identidade que



competem ao quilombo jurídico, é exigido delas um compromisso integral com a identidade quilombola em sua complexidade, não podendo negociá-las conforme o sentido do vento. E essa postura é esperada e incentivada para toda a sua comunidade. Conforme reflete Rosângela da Silva Ellias, a Janja, liderança do Quilombo dos Alpes, em uma entrevista de 2017:

Eu conto, sempre, que são 170 anos de existência e de resistência. Existência, porque a gente continua existindo, lá, na área, e resistindo, por conta do reconhecimento, de quando nós nos autoidentificamos como comunidade quilombola. Do momento, em que a gente se autorreconheceu como comunidade quilombola, eu perdi minha identidade; não, de resistência, porque continuamos resistindo, cada vez, com mais força. Mas perdi a identidade, porque, a partir daí, tem todo um processo de reconhecimento, que passa por todos os estudos e as pesquisas, para a titulação. E isso, para mim e para todos nós, era tudo novo; é mexer com documentação, com leis, com coisas do governo. Eu sempre lutava para estar bem longe de política, mas, a partir daí, eu virei uma cidadã! Comecei a votar, porque, até então, eu não me preocupava com título; me mantinha e conseguia me manter, sem nada disso. Conseguia sobreviver e criar meus filhos e meus sobrinhos, sem precisar estar indo votar e ver toda essa safadeza, que está acontecendo, aí, com o nosso país, e entregar nossa existência na mão de pessoas que não tem o mínimo de respeito. Daí, eu perdi uma identidade, mas estou sobrevivendo; estou conseguindo resistir e estou levando adiante, até porque, no momento, em que a gente se autorreconhece, nós passamos a ter toda uma documentação, para poder manter e para registrar a associação, podendo, a partir de então, encaminhar e reivindicar os direitos de trazer melhorias e estruturas para a comunidade. (Ellias, 2021 [2017], p. 733-734).

As dimensões espaciais do cotidiano também abarcam a contradição, e do mesmo modo como as heranças de alguns sujeitos podem ser palmarinas, as heranças de outros podem ser de capitães do mato. O quilombo cotidiano se constrói apoiado nas heranças de coletividade e de partilha, contemporaneamente travando processos de insubordinação contra o individualismo, este que é uma forma de escravização moderna.

O cotidiano dessa pesquisa se organiza a partir da vivência junto ao Quilombo dos Alpes, e se constrói coletivamente no trabalho realizado pelo Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente, do curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estendendo-se para os demais quilombos que compõem nosso recorte. O trabalho de mapeamento co-participativo (Pires; Bitencourt, 2021), iniciado em 2013 no Quilombo dos Alpes, possibilita, desde então, as construções políticas e metodológicas desta pesquisa de doutorado realizada entre os anos de 2021 e 2024.

Modos de fazer da pesquisa

Não raro, fazer pesquisa é como montar um quebra-cabeça, exige tempo,



paciência, alguma coisa de obsessão e o movimento contínuo de enxergar o micro no macro e vice-versa para se conseguir uma composição. A diferença, no entanto, da pesquisa para o quebra-cabeça é que o jogo não termina, por mais cuidado que se tenha, sempre faltam muitas peças e, às vezes, a gente insiste em encaixar peças que se parecem, mas não são, nos lugares que nos convêm, porque pesquisar é sempre um jogo de escolhas e interpretações de um sujeito a partir de seu lugar de vivência, incluindo a fala e a escuta dos pares, dos diferentes e de si mesmo.

De todo modo, como no quebra-cabeça, para pesquisar também se faz indispensável escolher um método de organização espacial e de conteúdo. Com o quebra-cabeça, normalmente começo montando as bordas e depois vou seguindo encaixando as peças de baixo para cima. Vou deixando o centro da imagem, seu interior, para o final da composição que o quebra-cabeça promove. Com a pesquisa também é assim.

Sobre a composição da imagem de um quebra-cabeça, o que tenho notado é que, quanto mais informação tem a imagem, mais elementos de cor, de formas e detalhes, mais fácil é de montar. Quanto mais monotemático e monocromático é o quebra-cabeça, mais difícil é montá-lo. Neste trabalho, pego-me montando um quebra-cabeça de muitas peças coloridas e de formatos diferentes.

Ainda bem que os saberes quilombolas nos permitem mestiçar ideias, cores, gentes, ciências, artes, quebra-cabeças, sentidos e espiritualidades. A fim de promover os recortes científicos dessa pesquisa, cabem algumas justificativas concretas e metodológicas acerca das comunidades e mulheres quilombolas escolhidas para a composição final deste quebra-cabeça. No tempo do doutorado, sem uma equipe permanente, mas contando com o apoio esporádico de amigas pesquisadoras dedicadas, se faz impossível dar conta de um trabalho aprofundado nas onze comunidades quilombolas de Porto Alegre.

Assim, a escolha por trabalhar com as mulheres do Quilombo dos Alpes, do Quilombo dos Flores, do Quilombo Kédi, do Quilombo Lemos, e do Quilombo Machado se dá pela razão sensível da iniciação, acolhida e continuidade destas comunidades com o meu trabalho. Cultuando a proteção, o ímpeto e a compreensão dessas senhoras, escolho os limites metodológicos deste trabalho, sobretudo um trabalho geográfico, e, portanto, cabem algumas considerações acerca das questões cartográficas aqui apresentadas.

As produções cartográficas apresentadas e desenvolvidas ao longo desta tese são



fruto do acúmulo de trabalho junto ao Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS) em sua caminhada metodológica com os quilombos em contextos urbanos de Porto Alegre. Atualmente, o principal produto desta trajetória é o Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS (Pires; Bitencourt, 2021), que reúne, de forma sistematizada, as experimentações consolidadas em cartografia social e co-participativa, desenvolvidas junto às comunidades quilombolas entre os anos de 2013 e 2020, mapeando nove das onze comunidades quilombolas da capital. Após o autorreconhecimento dos Quilombos Santa Luzia e Kédi, realizou-se o mapeamento co-participativo das duas comunidades nos anos de 2022 e 2023, respectivamente (Pires; Duque; Bitencourt, 2023).

A cartografia social, ou cartografia co-participante, é uma metodologia de mapeamento que utiliza a técnica de escutar os sujeitos que narram a organização espacial do seu lugar, associada ao instrumental cartográfico das imagens de satélite e softwares de georreferenciamento. A definição dos marcadores territoriais (Henriques, 2003) e o desenvolvimento das legendas são elaborações coletivas e dialógicas entre os sujeitos quilombolas e a equipe técnica da geografia.

Os marcadores territoriais são o conjunto de marcas no espaço que possuem significados compartilhados por todos os sujeitos de uma comunidade. A historiadora portuguesa Isabel de Castro Henriques organiza os marcadores territoriais em quatro tipos, a partir do seu estudo sobre a Angola colonial. Os marcadores podem ser vivos, ou seja, aqueles criados pela natureza; podem ser históricos, ou seja, aqueles que possuem o mesmo lugar e significado compartilhado entre gerações; podem ser musicais e sonoros, ou seja, aqueles engendrados pelos sujeitos e reconhecidos pelos seus pares por meio do uso de instrumentos percussivos ou de sopro; e os marcadores funcionais, aqueles que estão associados às redes de comércio e informação forjados pelos sujeitos e reconhecidos por seus pares.

Costuram-se, em nossas cartografias, as dimensões conceituais de marcadores territoriais, elencados no contexto da Angola colonial, aos valores civilizatórios afro-brasileiros, propostos pela pedagoga carioca Azoilda Loretto da Trindade (2010). Esses valores são entendidos como contribuições civilizatórias do povo negro em diáspora, e suas estratégias de sobrevivência às violências coloniais, que se refletem contemporaneamente na construção dos cotidianos de comunidades negras, podendo ser



observados nas comunidades quilombolas estudadas.

Os valores civilizatórios afro-brasileiros são a oralidade, ou seja, as ideias, os costumes, os saberes e as culturas compartilhadas entre gerações por intermédio da conversa, de narrativas e contações de histórias; a circularidade, ou seja, o entendimento do tempo e dos processos contínuos de nascimento, vida e morte, de tudo o que é vivo; a religiosidade, ou seja, a produção de cultura para além da materialidade, a partir de dimensões metafísicas e espirituais; a corporeidade, ou seja, o sentido de eu, enquanto único e coletivo; a musicalidade, ou seja, a produção e o entendimento dos ritmos da existência, em suas múltiplas paisagens sonoras; o cooperativismo/comunitarismo, ou seja, o sentido do fazer coletivo para a proteção, manutenção e desenvolvimento de um grupo; a ancestralidade e a memória, ou seja, o reconhecimento e o resgate no presente dos legados deixados pelos antepassados; a ludicidade, ou seja, a diversão como direito humano, e a energia vital, ou seja, o poder, a força, e o desejo pela vida.

A partir dessa constelação conceitual, são elaboradas as cartografias. Assim, no período desta pesquisa, foi possível desenvolver uma série de exercícios cartográficos que auxiliam na defesa desta tese sobre urbanismo quilombola. Organizou-se o mapa das Territorialidades Tradicionais de Porto Alegre (Mapa 1), a partir de uma atividade realizada durante a VI Assembleia dos Povos, sediada no Quilombo dos Alpes entre os dias 12 e 13 de novembro de 2022. A Assembleia dos Povos é uma reunião popular periódica, organizada a partir do movimento social Frente Quilombola do RS e demais parceiros autônomos, cujo objetivo é reunir e debater, a partir da região metropolitana de Porto Alegre, as demandas por bem-viver e as estratégias de enfrentamentos às desigualdades, desenvolvidas pelas comunidades tradicionais quilombolas, pindorâmicas, povos de terreiro e demais segmentos de trabalhadores organizados de forma autonomista e apartidária.

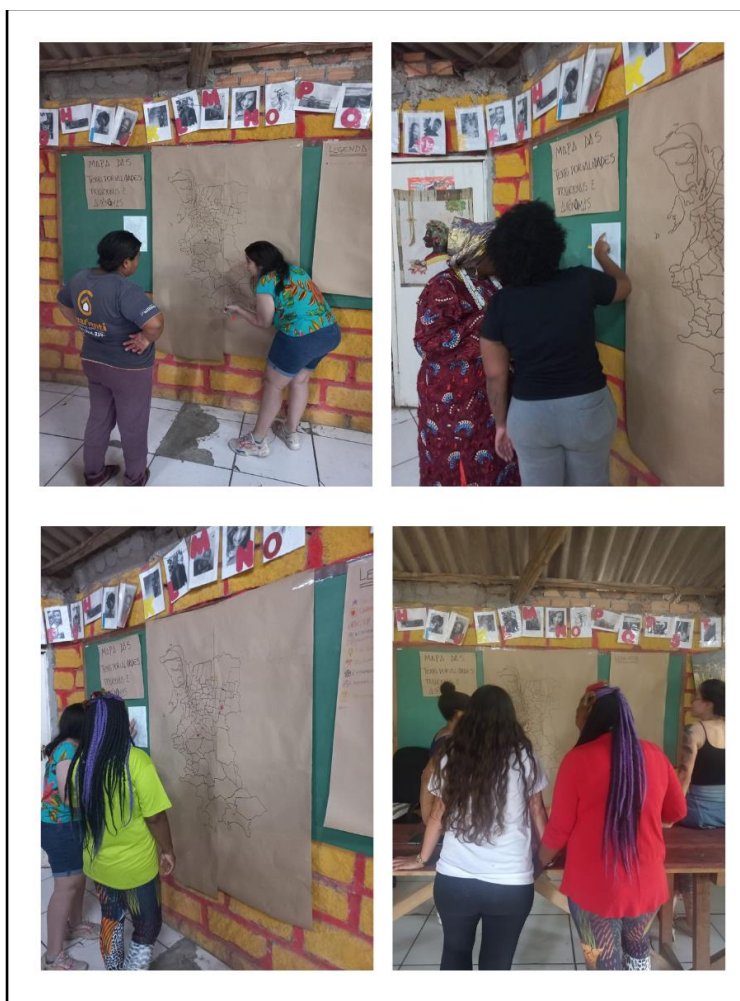
Assim, na VI Assembleia dos Povos, propõe-se, enquanto atividade do NEGA, a realização de um mapeamento coletivo (Figura 1), em que os sujeitos presentes na assembleia grafaram suas comunidades, grupos e coletivos em um mapa de Porto Alegre confeccionado por projeção em um papel pardo. O mapa 1 é fruto da adaptação desta atividade, destacando apenas as comunidades tradicionais quilombolas e pindorâmicas. Para a revisão e finalização deste mapa, foi realizada uma consulta a Roberto Liebgott, professor e coordenador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), na Região Sul, em



24 de março de 2023, durante o seminário de lançamento do livro Projeto Político do Povo Negro para o Brasil: Construindo uma Nação Inclusiva, de Yedo Ferreira e Eustáquio Lawa.

Este seminário e a VI Assembleia dos Povos foram duas atividades realizadas pelo NEGA em parceria com a Frente Quilombola do RS dentro de um projeto chamado Universidade Livre Quilombola, desenvolvido pela iniciativa do Quilombo da Família Lemos. Este projeto teve dois objetivos distintos: 1. Elaborar o relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sócio-cultural do Quilombo da Família Lemos; 2. Promover ações de formação territorial junto às comunidades quilombolas do de Lemos, Flores, Machado e Alpes.

Figura 1 - Registro da produção coletiva do mapa das territorialidades tradicionais de Porto Alegre durante a VI Assembleia dos Povos.

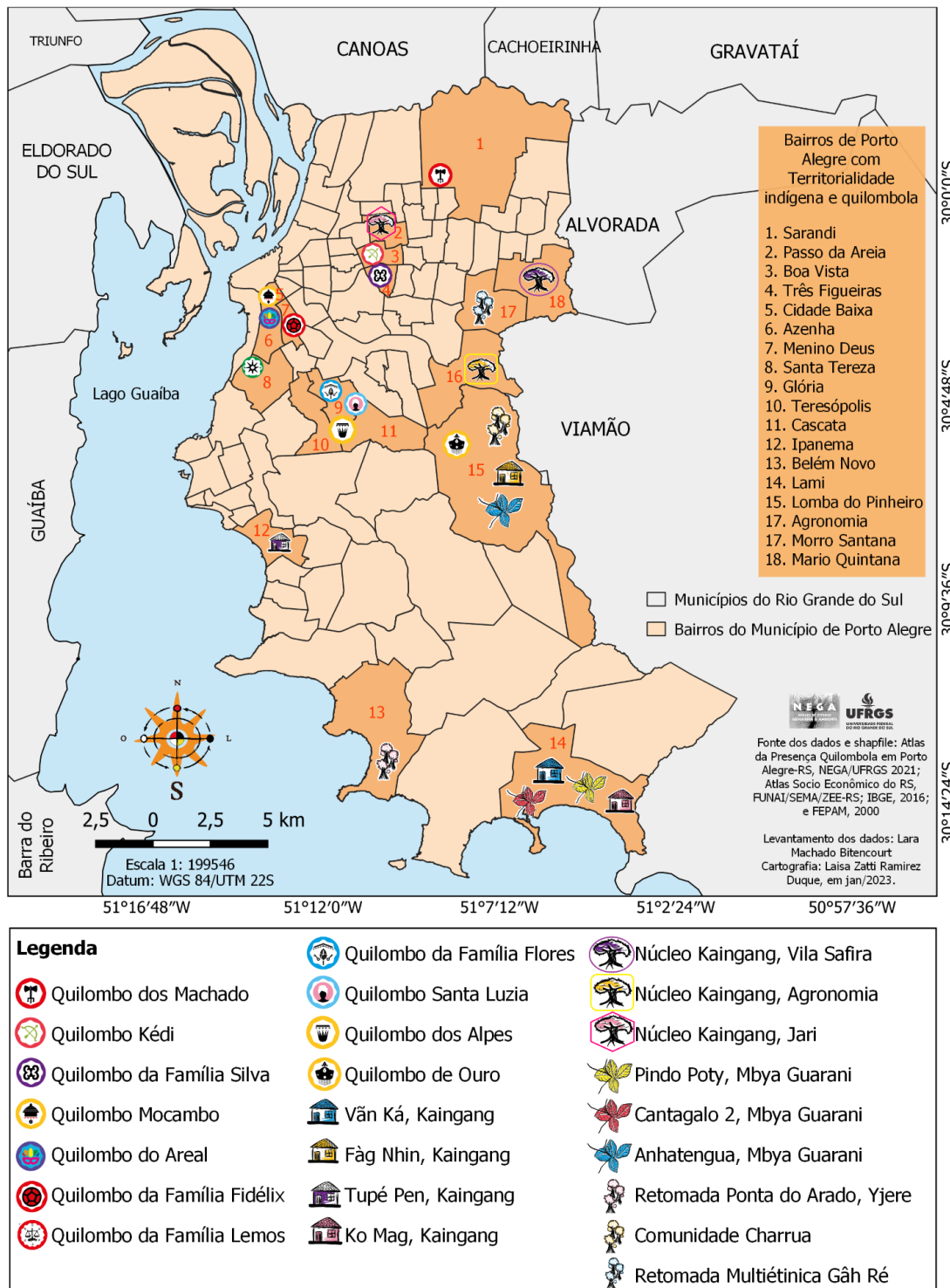


Fonte: NEGA, 2022.



Mapa 1 - Cartografia das territorialidades tradicionais de Porto Alegre.

Territorialidades Tradicionais de Porto Alegre



Fonte: Produção Coletiva, 2023

Nessa etapa, cabe pontuar algumas reflexões levantadas em colaboração com o movimento social acerca dos territórios tradicionais de Porto Alegre. Segundo o artigo



terceiro do Decreto nº6040/07, compreendem-se:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. (Artigo 3, Decreto nº 6040/2007).

A capital gaúcha abriga onze comunidades quilombolas e treze retomadas indígenas autodeclaradas. Somadas essas duas populações, conforme o Censo de 2022, há pouco mais de 4% da população de Porto Alegre.

A cidade não possui escolas quilombolas nos territórios, e não raro, as escolas próximas aos territórios e atendem as comunidades desconhecem as políticas públicas para educação escolar quilombola, elaboradas no Parecer CNE/CP nº 03/2004 e na Resolução CNE/CP nº 01/2004, que garantem, entre outros benefícios, recursos adicionais para alimentação e insumos às escolas que acolhem estudantes quilombolas. Em 2022, foi inaugurada, após dez anos de projeto, a Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Anhetenguá, no território Anhetenguá, no bairro Lomba do Pinheiro, zona leste de Porto Alegre. Na página de comunicação social da Secretaria de Educação do Estado é destacado que:

A escola, que existe desde 2004, funcionava com uma estrutura que não atendia às necessidades da comunidade. Com um investimento de R\$ 3,6 milhões do Tesouro do Estado, a obra que era aguardada há 10 anos teve início em 2019 e foi concluída no fim do ano passado. Foram construídos dois prédios com 10 salas de aula, banheiros, parquinho infantil, laboratório de ciências, quadra coberta para recreação, quadra coberta de esportes, além de áreas cobertas nas passarelas. No prédio antigo, duas salas serão adaptadas para abrigar a biblioteca e o laboratório de informática. (Secretaria de Educação RS, 2023).

O poder municipal, por sua vez, destina pouquíssima ou nenhuma atenção à educação escolar quilombola ou indígena, assim como também é baixíssimo ou nenhum o investimento municipal no bem-viver das comunidades tradicionais. Em 1997, o Quilombo do Areal conseguiu realizar um projeto habitacional via Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB), que possibilitou a construção de dezessete novas



unidades habitacionais no território quilombola. Ao passo que, após o arrefecimento da pandemia do Coronavírus, em 2022, o mesmo DEMHAB passou a acostrar os moradores do Quilombo Kédi, mediando sua remoção em favor da construtora Melnick Even, atualmente uma das principais especuladoras imobiliárias da cidade.

A lisura na defesa dos territórios tradicionais está sujeita ao entendimento das políticas públicas, mas principalmente à vontade política das gestões em cumprir e promover medidas de reparação histórica. As demandas dos territórios tradicionais costumam ser atendidas após muita luta protagonizada pelas próprias comunidades. Aquelas que optam estritamente pelos apoios partidários, não raro, enfrentam maiores dificuldades em terem suas demandas resolvidas.

Para as comunidades tradicionais terem suas demandas atendidas, é preciso articular com todos os atores que operam na organização da estrutura política, nas múltiplas escalas em que estão divididas as questões quilombolas e indígenas, visando sua aplicação no lócus do município. O movimento social, as entidades de classe, o partido político, a universidade, as secretarias, autarquias e ministérios são alguns dos atores políticos que podem estar articulados com a luta das comunidades tradicionais, porém, é preciso também que esses atores sejam acessados por essas comunidades.

Porto Alegre é internacionalmente conhecida pelo Orçamento Participativo (OP), modelo de gestão municipal, implementado no final da década de 1980 pela então gestão de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores. Esta é uma alternativa de governabilidade que possibilita, se não a repartição total com os pobres, um diálogo com o poder público para o uso dos recursos públicos em demandas básicas elencadas pelas comunidades, como acesso à infraestrutura, saúde e educação.

Atualmente, são dezessete as regiões do OP e seis eixos temáticos representados por noventa e dois conselheiros, titulares e suplentes. Os eixos temáticos se dividem em Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana; Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental; Saúde e Assistência Social; Cultura e Juventude; Desenvolvimento Econômico, Tributação, Turismo e Trabalho; e Educação, Esporte e Lazer.

Os onze territórios quilombolas de Porto Alegre estão inseridos nas regiões do O P. As regiões Centro e Glória reúnem a maior concentração de quilombos por região. No Centro, estão os quilombos Arela, Fidélix e Mocambo, enquanto que, na Glória, estão os



quilombos Alpes, Flores e Santa Luzia. Na região Cruzeiro está o Quilombo Lemos, e na região Lomba do Pinheiro, o Quilombo Ouro. Na zona Norte da cidade, a continuidade territorial dos quilombos Kedi e Silva é cortada respectivamente pelas regiões Nordeste e Leste, enquanto o Quilombo dos Machado está localizado na região Norte.

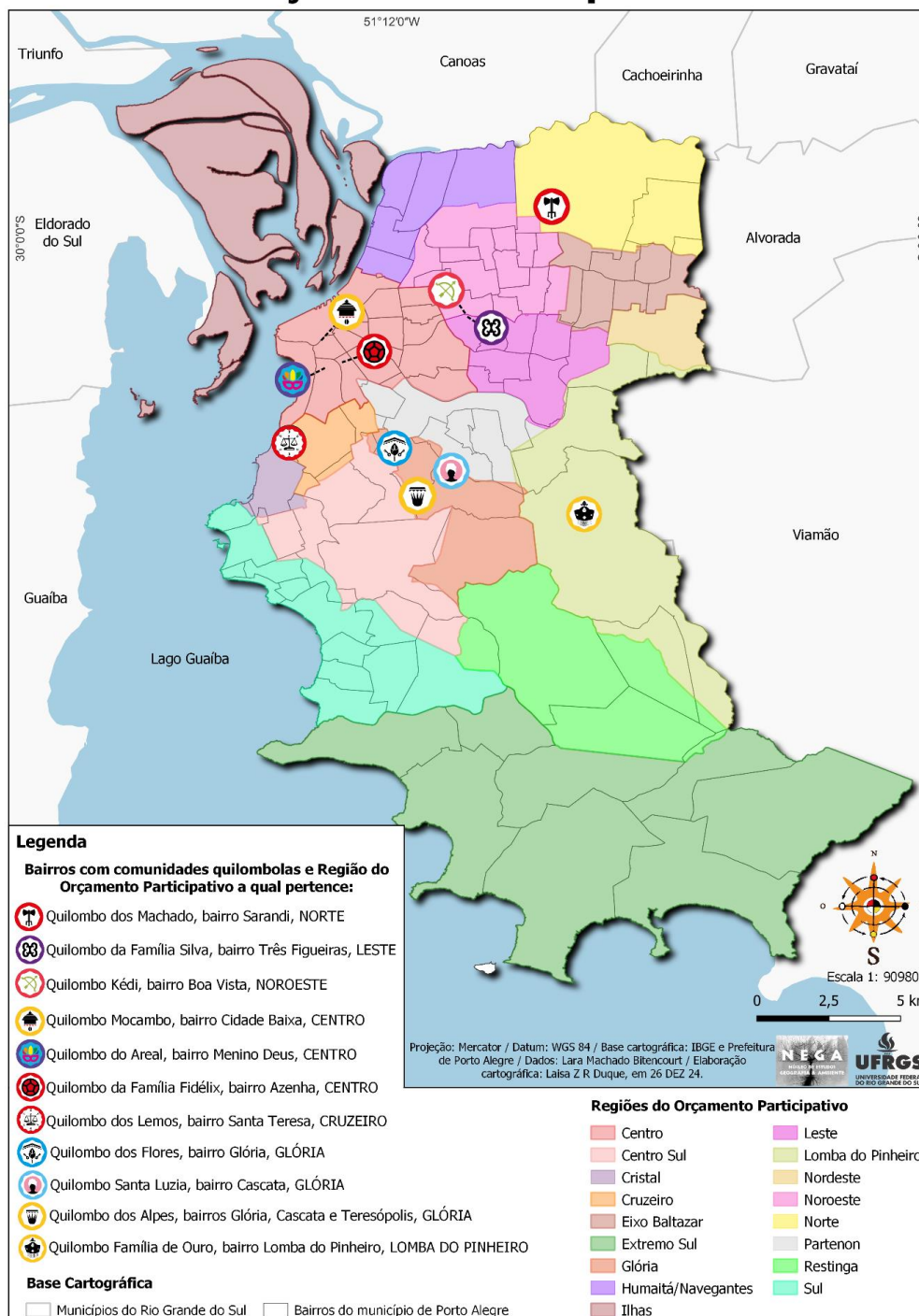
O mapa 2 apresenta as presenças quilombolas e as regiões do Orçamento Participativo. No entanto, apesar de inseridas em suas regiões, as demandas das comunidades quilombolas carecem de um eixo temático especial, haja vista suas particularidades. Do mesmo modo como as demais comunidades tradicionais, demandas por reconhecimento e preservação de suas culturas não podem ser invisibilizadas no planejamento urbano.

Após a implementação do OP, as associações comunitárias, e instituições da sociedade civil dos setores mais populares passaram a ocupar nove, entre as vinte e oito cadeiras disponíveis no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), que desde o final da década de 1930, é formado por setores do governo, da elite política e econômica da cidade. O CMDUA tem por finalidade formular políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, conforme destacado no artigo 39 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – PDDUA de Porto Alegre.



Mapa 2 - Presenças quilombolas e regiões do OP em Porto Alegre/RS.

Presença Quilombolas e as Regiões do Orçamento Participativo



Fonte: NEGA, 2024.

Das nove cadeiras populares, oito delas são destinadas para os representantes das Regiões de Gestão do Planejamento, e uma delas para um representante da temática do Orçamento Participativo - Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano Ambiental.



As oito regiões de gestão do planejamento são uma proposta de aglutinamento das dezessete regiões do OP, que segue uma proposta de regionalização das demandas populares que acontecem nas dimensões dos bairros e territórios. De todo modo, ainda não existe um assento garantido no conselho municipal que promove as políticas urbanas de desenvolvimento social e ambiental, para nenhuma representação das vinte e quatro comunidades tradicionais indígenas e quilombolas da cidade.

Ao longo do trabalho realizado junto ao NEGA, tenho observado, principalmente pela experiência com o Quilombo dos Alpes, que o esforço de manutenção e construção coletiva do território quilombola é um trabalho realizado quase que invariavelmente pelas mulheres quilombolas. Sem que, contudo, elas sejam diretamente consultadas a respeito de suas demandas e soluções para a qualificação de seus territórios. Desta forma, elaborei a pergunta geradora desta tese que indaga: que cidade querem as mulheres quilombolas?

Esse exercício gerou mapas sínteses, reunindo a condição dos territórios quilombolas do Alpes, Flores, Kédi, Lemos e Machado, e cinco mapas narrativos, apresentando as demandas particulares de cada comunidade. Portanto, cabe apresentar a metodologia empregada na elaboração deste material que sugere contribuições para um planejamento territorial quilombola em contexto urbano.

Em outubro de 2022, realizei uma entrevista qualitativa semi-estruturada teste com Vanda Tamires da Silva Antunes, Karina Machado Camilo e Mayara Machado do Quilombo dos Machados para afinar minhas questões, entender como realizá-las de modo a cumprir o papel mediador das ideias. Saí de lá percebendo como os questionamentos que estava propondo no momento eram abstratos, frente a coisas tão concretas que elas tinham para me dizer, e que realmente significam demandas e soluções em relação à qualificação do bem-viver do território delas.

Nessa ocasião é que a compreensão científica do conceito de ladaia se apresentou. Assim, refiz minha entrevista e, então, entre os dias 28 de agosto e 02 de setembro de 2023, realizei as entrevistas finais deste trabalho. No Quilombo dos Alpes, conversei com Rosângela da Silva Ellias e Karina Rejane da Silva Ellias; no Quilombo dos Machado, conversei novamente com Vanda Tamires da Silva Antunes; no Quilombo da Família Lemos, conversei com Sônia Lemos dos Santos e Sandra Valéria de Lemos Barbosa; no Quilombo da Família Flores, conversei com Geneci de Lourdes Flores da Silva; e no



Quilombo Kédi, conversei com Cláudia Fernanda Vargas.

Elaborei, para a condução dessas entrevistas, uma ficha com o questionário e duas atividades. Os materiais levantados e sistematizados a partir destes instrumentos possibilitam as elaborações inéditas desta pesquisa, realizada a partir da práxis metodológica do ler-pensar-agir a partir da urbanização produzida pelas mulheres quilombolas de Porto Alegre. Desta forma, organizou-se a montagem desse quebra-cabeça em formato de pesquisa sobre urbanizações marginalizadas que estão presentes nos interstícios da cidade, visto que essas presenças idealizam alternativas concretas de reparação histórica e geográfica para seus territórios. Do mesmo modo como instigam o despontar de outras propostas vindas de seus pares na margem, em um processo de retroalimentação necessário para o equilíbrio de um organismo vivo e pulsante como é a cidade.

Como proposta para o desenvolvimento de planos territoriais quilombolas, neste trabalho realizamos entrevistas qualitativas semiestruturadas com sete mulheres quilombolas. A partir dessa consulta prévia, construímos representações cartográficas que registram os desejos dessas mulheres para seus territórios. Da mesma forma como no Quadro 1, reunimos de forma sintética a maneira como as entrevistadas de cada comunidade enxergam a si e aos demais territórios quilombolas de nosso recorte.



Quadro 1 - Panorama da situação dos quilombos Alpes, Flores, Kédi, Lemos e Machado de acordo com entrevistas realizadas no segundo semestre de 2023.

| Quilombo | Etapa de titulação atual | Além da comunidade, quem se diz dono do terreno? | Principais conflitos | Órgão competente pela solução | O que falta de infraestrutura? |
|----------|--|---|---|--|--|
| Alpes | A última Não sei Não sei Esperando a liberação da titulação Última etapa | Imobiliária Predial Tráfico Alguém bobo Padres Não lembro | Assédio dos movimentos, do uber, dos moradores, tentativas de outras associações e conflitos internos Tráfico Alguém bobo Padres Milicianos | MPF/INCRA/Polícia Federal INCRA Federal INCRA - realizar seu trabalho técnico Frente Quilombola/Federal | Escola, creche, calçada, pracinha, iluminação, saneamento básico, segurança Escola, Posto Calçamento, iluminação Pavimentação, acesso a internet Luz e água |
| Flores | Não tem relatório Montando a associação Não começou o relatório No antropológico Não foi | A igreja/Assunção Maristas Os padres Maristas/UBS Não foi | Entorno e especulação imobiliária Marista Padres Maristas/UBS Não sei | MPF/INCRA/Polícia Federal INCRA Federal INCRA - realizar seu trabalho técnico Frente Quilombola/Federal | Habitação Escola, posto Não foi Melhorar as casas Não foi |
| Kédi | Certificado pela FCP Não sei Certificação da Palmares Certificação palmares Certificação da Palmares | Melnik Só Deus sabe Não sei Não sei Prefeitura e Zaffari | Especulação imobiliária Não sei Não sei Não sei Polícia, prefeitura, Melnik, Empreiteira | MPF/INCRA/Polícia Federal INCRA Federal INCRA - realizar seu trabalho técnico Frente Quilombola/Federal | Tudo, nunca foram Escola, posto Não foi Não foi Esgoto, luz, arrumar algumas casas, asfalto, creche |
| Lemos | Tá fazendo o relatório Não sei Fazendo o relatório Tá no relatório Estudo técnico | Asilo Padre Cacique Padre Cacique Asilo Asilo Asilo | Especulação imobiliária Padre Cacique Asilo Asilo Asilo | MPF/INCRA/Polícia Federal INCRA Federal INCRA - realizar seu trabalho técnico Frente Quilombola/Federal | Água, luz, saneamento básico, posto Escola, posto Sede, água, luz, acesso de entrada, associação, dinheiro para fazer as casas Sede, luz e água Arrumar as casas, luz e água |
| Machado | Concluiu o relatório Criando a associação Fazendo o relatório Já foi o relatório Não sei | Imobiliária Real empreendimentos e Wall Marte Supermercado Empresa Não foi | Especulação imobiliária Tráfico Supermercado Empresa Não sei | MPF/INCRA/Polícia Federal INCRA Federal INCRA - realizar seu trabalho técnico Frente Quilombola/Federal | Tudo, nunca foram Associação, saneamento, creche, luz, posto, escola, contro de trânsito/vias Calçamento Sede, asfalto, encanamento, água e luz Não foi |

LEGENDA DE RESPOSTAS: QUILOMBO DOS ALPES; QUILOMBO DA FAMÍLIA MACHADO; QUILOMBO DA FAMÍLIA LEMOS; QUILOMBO DA FAMÍLIA FLORES; QUILOMBO KÉDI

Fonte: Rosangela da Silva Ellias, Karina Rejane da Silva Ellias, Vanda Tamires da Silva Antunes, Sônia Maria Lemos dos Santos, Sandra Valéria de Lemos Barbosa, Geneci de Lourdes Flores da Silva, Cláudia Fernandes Vargas, Lara Bitencourt - 2023.

O Quadro 1 revela um panorama formado por nossas entrevistas e a compreensão delas sobre os seus territórios e os demais territórios quilombolas referenciados nesta pesquisa. Buscamos, com esta representação sintética, refletir como essas mulheres, lideranças comunitárias, acompanham a organização de seus territórios e se encontram na relação com demais territórios quilombolas.



Fica evidente, neste recorte, os diferentes processos de organização e maturidade da luta quilombola engendrada no Quilombo dos Alpes e no Quilombo Kédi. O primeiro acumula uma luta pela titulação de mais de vinte anos, visto que a movimentação pelo autorreconhecimento e título neste território acontece desde o começo dos anos 2000, ao passo que o segundo encontra-se nas primeiras etapas do processo de autorreconhecimento e título, sendo certificado pela FCP em 2023.

As diferentes maturidades no processo de autorreconhecimento e titulação das comunidades quilombolas não interferem na compreensão de que as soluções para os conflitos sobre a terra estão sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e em esferas de decisões federais. Da mesma forma como é unânime o entendimento de que os ataques sofridos pelos quilombos Flores e Lemos são engendrados respectivamente pelos Maristas do Colégio Glória Assunção e pela direção do Asilo Padre Cacique. Além desses atores, despontam as imobiliárias e as redes de supermercados como principais especuladores das terras quilombolas.

Demandas por infraestrutura básica giram em torno da rede de iluminação pública, saneamento básico e oferta de escolas nos diferentes níveis de educação. A partir deste quadro e dos trabalhos de pesquisa, ensino e extensão realizados junto às comunidades, elaboramos propostas de planos territoriais que consideram as trajetórias históricas dos territórios quilombolas e as demandas elencadas por nossas entrevistadas. O que fica evidente é que esses planos refletem a pedagogia urbana necessária para a produção de uma cidade que enxergue os quilombos e consiga reparar as dívidas históricas e geográficas de um processo de exclusão secular. Para isso, se faz indispensável o acesso das comunidades tradicionais às ferramentas de planejamento territorial, como, por exemplo, a presença garantida no conselho municipal de desenvolvimento urbanístico e ambiental (CMDUA), do mesmo modo como se faz urgente o desenvolvimento de ferramentas de consulta popular específicas para as comunidades tradicionais.

Leite de peito, veias abertas

A categoria mulher, enquanto categoria de pesquisa, é tratada nesta pesquisa como uma categoria existencial, imbricada de cultura, biologia, geografia, papéis sociais e suas construções, sexualidade, raça, classe e outras múltiplas dimensões de profunda



complexidade existencial que fazem parte de nosso cotidiano espacializado. Lembrando que esse cotidiano espacializado é atravessado por vetores de poder, verticais e horizontais (Santos, 1996), que atingem de formas diferentes homens e mulheres.

Trabalhar com a categoria mulher nas ciências, se não for em formato de dissecação, é sempre motivo de contestação e desconforto. Existe uma ilustração acadêmica do cientista descorporificado de feminilidade ou racialidade. Felizmente, essa pesquisa está imune a tais irracionalidades abstratas, pois o processo de construção de nossa práxis foi sempre entre mulheres e com mulheres que aprendemos a observar e entender a contribuição quilombola na urbanização de Porto Alegre.

O feminismo, quando entendido apenas como uma corrente política, mas não científica, opera epistemicídios, ou seja, promove o silenciamento da diversidade. Diferentes formas de olhar um mesmo problema apresentam diferentes soluções. Tomemos a questão urbana, tão amplamente observada pela geografia sob a ótica de geógrafos positivistas, marxistas, culturalistas, diferentes formas de olhar o que uma mesma cidade nos diz. O olhar sobre a cidade a partir da caminhada junto às comunidades quilombolas nos permite exercitar uma ótica quilombista sobre Porto Alegre, refinando essa mirada a partir das miradas que as mulheres quilombolas nos apresentam.

Não, não defendemos que a cidade deva ser um reduto de amazonas, ou uma ilha de Lesbos, ou qualquer utopia misândrica. Não é isso que se está discutindo, senhores, mas nesta pesquisa, em particular, as suas contribuições não são o foco de nossa atenção.

Esse segundo sexo, essa segunda classe onde nós, mulheres, somos posicionadas, carrega impedimentos narrativos, que nos pressionam para falar mais baixo, nos intimidam para falar menos detalhadamente, apesar de nossa natureza, de modo que, para ser assertiva, nossa mensagem tenha que se masculinizar pela agressividade. Qualquer outra sensibilidade parece carecer de tradução, mas que tradução é essa?

O feminismo das mulheres negras e pindorâmicas é interseccional desde sua origem. E a racialização do pensamento feminista nos convida a atravessar uma fronteira paradigmática ao entender o branco e a branquitude também como racializados. O quilombo, no Brasil, se apresenta como entidade territorial transcultural, o que permite pensar para além da divisão racial. Porém, não se pode ignorar o perverso sistema de opressão racista e misógina que opera sobre as mulheres quilombolas.

A ancestralidade é uma dimensão civilizatória presente no cotidiano das mulheres



quilombolas que lhes confere poder. No entanto, existe uma relação dialética com esse poder, uma compreensão que a filósofa paulistana Sueli Carneiro chama de 'Matriarcado da Miséria'. Em que se forma uma dimensão ambígua e, portanto, dialética, entre poder e exclusão, compartilhada entre gerações de mulheres negras, quilombolas, pindorâmicas e periféricas. Em nenhum momento da história da formação territorial brasileira, essas mulheres deixaram de trabalhar, produzindo lucro aos senhores e, posteriormente, às suas famílias. Um trabalho de manutenção e cuidado silencioso e silenciado. Para Carneiro (2011):

a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas, em um menor índice de casamentos, sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. De acordo com a declaração das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, o trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo. Em muitos lugares, as formas de recrutamento são predominantemente neo-escravistas, em que meninas são trazidas do meio rural, sob encomenda, e submetidas a condições sub-humanas no espaço doméstico. (Carneiro, 2011, p. 127-128).

Apesar desta inegável asfixia social para fora de seus territórios, dialeticamente, na dimensão de seus cotidianos, as mulheres quilombolas são figuras de referência para suas famílias e comunidades. Passam a exercer papéis de liderança e de poder sobre as tomadas de decisões e os rumos do desenvolvimento de seus territórios, porque, antes de tudo, são elas as primeiras educadoras dos sujeitos quilombolas, sejam eles do sexo feminino ou do sexo masculino. Existe, portanto, um processo pedagógico exercido por essas mulheres em seus territórios que não pode ser ignorado.

Esse papel social é construído a partir da autoridade gerada pela categoria mãe. Cada uma de nossas entrevistadas é mãe de pelo menos dois filhos, de modo que a construção de suas autoridades territoriais passa também pela construção e o reconhecimento de sua autoridade familiar reforçada pela maternidade.

Não sustentamos aqui uma defesa de que a maternidade é um sentido natural entre as mulheres. Pelo contrário, o que está posto é que esse sentido é construído conforme o contexto socioespacial. Podendo, sim, em contextos de marginalização, ser desejado, visto que carrega consigo uma autoridade que funciona também como estratégia de defesa e respeitabilidade entre as mais jovens.



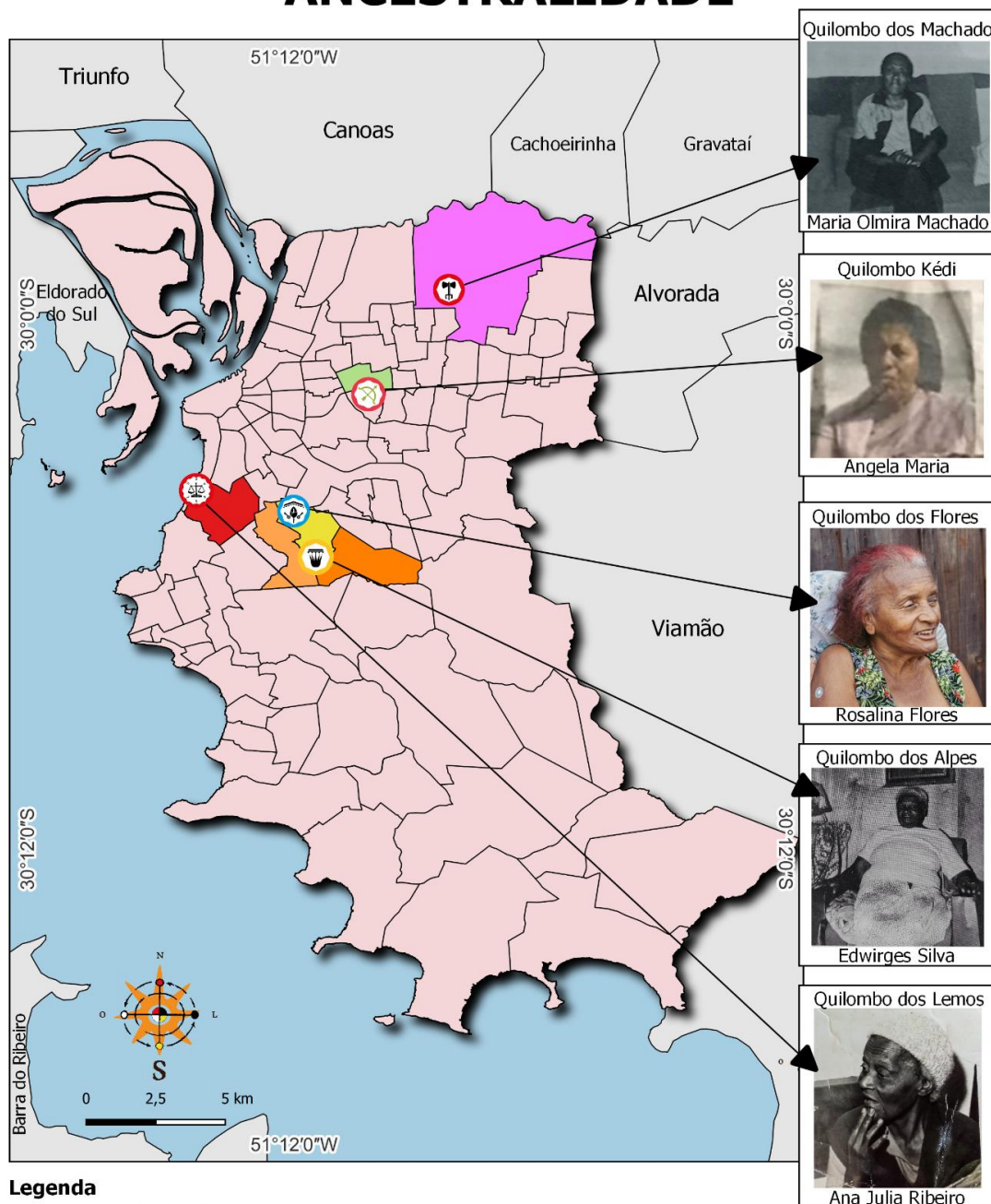
No mapa 3, Quilombos Urbanos de Porto Alegre - Ancestralidade, organizamos a dimensão de ancestralidade das narrativas de nossas entrevistadas, pois, neste mapa, são localizadas as matriarcas dos cinco territórios quilombolas desta pesquisa. No Quilombo dos Alpes, há a presença de Edwirges Francisca da Silva, que dá nome à associação quilombola e é também uma das primeiras moradoras do bairro Glória, na zona Sul da cidade. Vinda do município de Charqueadas, na primeira metade do século XX, viveu até os cem anos, trabalhando como doméstica e lavadeira para as famílias mais endinheiradas, analfabeta, criou quatro filhos e um incontável número de netos. Hoje, seu legado é honrado e compartilhado pelas netas Rosangela e Karina Ellias, cotidianamente na manutenção de seu território.

No Quilombo Lemos, existe a presença e a memória de Anna Júlia Gonçalves, que por oitenta anos viveu entre o Quilombo de Maçambique, no município de Canguçu, e o Quilombo Lemos, no bairro Santa Tereza, em Porto Alegre. Seus últimos vinte anos de vida foram dedicados à consolidação territorial do quilombo Lemos, contribuindo na construção da casa da família, na organização espacial dos cultivos, voltados aos tratos medicinais, ao alimento e aos ritos sagrados, além do cuidado com os netos. Atualmente, Sônia e Valéria Lemos, as mais velhas entre seis irmãos, compartilham os ensinamentos da avó com as gerações mais novas.



Mapa 3 - Cartografia indicativa dos territórios e das matriarcas quilombolas desta pesquisa, referenciando o valor afro-civilizatório da ancestralidade.

Quilombos Urbanos de Porto Alegre ANCESTRALIDADE



Fonte: NEGA, 2024.



A presença de Rosalina da Costa Gonçalves, no Quilombo Flores, deixa saudades recentes. Atingida pela pandemia do Coronavírus, em 2021, viveu setenta e cinco anos entre o Quilombo dos Alpes, de onde se origina sua família, e o Quilombo Flores, onde passou a construir sua família junto ao companheiro Adão Flores. Durante mais de quarenta anos, organizou o território do Quilombo Flores a partir da religiosidade, analfabeta, trabalhou como doméstica e em serviços gerais a vida toda, além de criar e educar seis filhos. Hoje, o legado político formado a partir da movimentação de Rosalina no território quilombola é continuado por sua filha Geneci de Lourdes Flores da Silva.

Maria Olmira Machado, matriarca do Quilombo dos Machado, veio morar em Porto Alegre no final da década de 1960, onde viveu até a primeira década dos anos 2000. Partiu em diáspora, com a família, do município de São Francisco de Paula, e encontrou, no bairro Sarandi, zona norte de Porto Alegre, condições para construir sua rede de territorialidade quilombola. Analfabeta, criou e educou três filhos trabalhando como doméstica e recicladora. Atualmente, a nora Vânda Tamires da Silva Antunes, casada com seu filho Luis Rogério Machado, celebra o legado da matriarca que dá nome ao curso de reforço escolar organizado no território quilombola.

Enquanto uma das representantes das matriarcas do Quilombo do Kédi, está Angela Maria, que recentemente nos deixou e é mãe de Cláudia Fernanda Vargas. Angela, também analfabeta, como as outras matriarcas quilombolas deste grupo, criou os filhos no território que ajudou a construir por toda sua vida. A partir dos preceitos religiosos e culturais da terreira de sua avó, Otilia Gonçalves, Angela Maria transmitiu os valores civilizatórios e quilombolas para sua família, que atualmente mantém este legado.

O fato de todas as matriarcas deste recorte serem iletradas desperta em seus descendentes a busca pela educação escolar a partir de seus territórios. Essas construções realizadas autonomamente nos territórios quilombolas são reflexo das estratégias de sobrevivência ensinadas por suas mais velhas.

Essa forma de conceber a existência em sociedade pode nos servir como exemplo para uma pedagogia urbana quilombola, em que nossa compreensão de sociedade e de cidade seja menos predatória, não só em relação às vidas humanas, mas para a natureza como um todo, para quem sabe, com sorte, possam surgir e prosperar novas gerações. Fica evidente uma necessidade de lapidação mais profunda das dimensões do quilombo



jurídico, visto que não é pacífica a ideia de terras quilombolas coletivas. Em meio a uma realidade de terras privadas, fica evidente a falta de uma profunda educação da sociedade, para que a titulação de uma terra quilombola não alimente motivos para violência e segregação por parte dos sujeitos não quilombolas.

Mas, independentemente desse longo e necessário processo de reeducação social, as terras quilombolas precisam ser tituladas com maior celeridade. Não é justa uma espera de mais de vinte anos para a titulação de um território, como é o caso, em nosso recorte, da luta por titulação enfrentada pelo Quilombo dos Alpes. É vergonhoso o sucateamento do INCRA, que impossibilita que as comunidades do Quilombo Flores, Lemos e Kédi não tenham equipe de trabalho para a realização de seus estudos técnicos. E que o Quilombo dos Machado tenha que articular o cumprimento de peças técnicas com parcerias da universidade, porque a autarquia não tem disponibilidade de equipe. Ações como as promovidas pelo Lemos, de iniciativa para a contratação de suas equipes de técnicos, devem ser incentivadas pelos governos, independentemente de legendas, e acolhidas pelas instituições de pesquisa e o INCRA em acordos técnicos referendados por ambas as instituições.

Assim como também se faz urgente o respeito à vida das famílias quilombolas ao nível de cotidiano, no espaço dos municípios, por meio da oferta de infraestrutura básica. É inadmissível que ainda estejamos discutindo as mesmas coisas de sempre, e solicitando pelo básico primário, porque o Estado segue sendo o agente do extermínio das diferenças, fundamentado em uma cultura de exploração e consequente manutenção da pobreza material das mesmas populações escravizadas durante o período Colonial.

Precisamos nos reeducar enquanto sociedade, e isso passa pela autocrítica de não romantizar a pobreza e a ignorância circunstancial de uma sociedade embrutecida pelas lógicas de exploração e alienação pelo consumismo. A universidade, o partido político, o movimento social precisam reconhecer seus privilégios e limitações enquanto parceiros das comunidades quilombolas, respeitar suas autonomias sobre quaisquer circunstâncias e demonstrar humildade em aprender com quem educa as comunidades quilombolas.

A estrutura institucional precisa se reeducar para ser antirracista, mas, para as instituições serem antirracistas, os sujeitos precisam se educar. A mediação branca precisa, urgentemente, se tornar obsoleta e irrelevante. Os sujeitos quilombolas têm



muito o que dizer, faltam melhores condições de acesso às ferramentas para serem ouvidos, e isso passa, invariavelmente, pela escola. Porto Alegre, enquanto lócus de nossa pesquisa e abrigo de onze comunidades quilombolas autorreconhecidas, carece imediatamente de uma escola quilombola. Com um currículo territorial, e projetos de formação de professores e estudantes, para que as próximas teses sobre urbanismo quilombola sejam escritas diretamente por quilombolas, sem *ladaia*.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 66.ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GAMALHO, Nola. Narrativas do espaço nas histórias de vida: os desafios das metodologias qualitativas na geografia. In: HEIDRICH, Alvaro; PIRES, Claudia Luisa Zeferino (orgs.). *Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre o espaço e a cultura*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016.

HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e identidade: o desmantelamento da terra africana e a construção – da Angola colonial (c. 1872-c. 1926)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. trad. Emilio Martínez Gutiérrez. Madri: Capitán Swing, 2013 [1974].

LINDÓN, Alicia. Las narrativas de vida espaciales: una expresión del pensamiento geográfico humanista y constructivista. In: LINDÓN, Alicia. (org.). *La vida cotidiana y su espacio-temporalidad*. Barcelona: Anthopos Editorial, 2000.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Tradução Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Conselho Nacional de Educação - Parecer CNE/CP nº 03/2004*. Conselheiros: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Relatora), Carlos Roberto Jamil Cury, Francisca Novantino Pinto de Ângelo e Marília Ancona-Lopez. Brasília, 2004.



Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 28 set. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Conselho Nacional de Educação - Resolução CNE/CP nº 01/2004*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. 3. ed. rev. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

PASSEGI, Maria da Conceição. Narrar é humano! Autobiografar é um processo civilizatório. In: PASSEGI, Maria da Conceição; SILVA, Vivian Batista da (orgs). *Invenções de vida, compreensão de itinerários e alternativas de formação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PIRES, Cláudia Luisa Zeferino; BITENCOURT, Lara Machado. Espacialidades Geo-quilombistas: percurso do nosso fazer. In: PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; BITENCOURT, Lara Machado (orgs.). *Atlas da presença Quilombola em Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: Letra 1, 2021, p. 36-76.

PIRES, Cláudia Luisa Zeferino; DUQUE, Laisa Zatti Ramirez; BITENCOURT, Lara Machado. Cartografia Social em Porto Alegre/RS - Brasil. In: *Bienestar social y disputas por lo público y lo común en América Latina y el Caribe*. Identidades y Territorios. Colección Becas de Investigación. Buenos Aires: CLACSO, 2023. Disponível em <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/249302/1/Identidades-y-territorio.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2025.

SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*, 21: 7-14, ago., 1996. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613>. Acesso em: 12 mai. 2025.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO RS. *Estado inaugura novas instalações de escola indígena em Porto Alegre, março de 2023*. Disponível em <https://educacao.rs.gov.br/estado-inaugura-novas-instalacoes-de-escola-indigena-em-porto-alegre> acessado em 28 de setembro de 2024.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – PDDUA*. Porto Alegre, 2010. Disponível em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretortexto.pdf acessado em 28 de setembro de 2024.

TARDIF, Maurice. *Saberes Docentes e Formação Profissional*. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 1998.



TRINDADE, Azoilda Loretto da. *Percurso Metodológico*. In: BRANDÃO, Ana Paula (org.). *Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.



Apuntes sobre planificación urbana, trabajo quilombista y planes territoriales gestionados por mujeres quilombolas en Porto Alegre/RS

RESUMEN: Este artículo explora las interconexiones entre la planificación urbana, el trabajo quilombista y los planes territoriales gestionados por mujeres quilombolas en Porto Alegre, Rio Grande do Sul. El estudio investiga cómo la gestión territorial llevada a cabo por estas mujeres se articula con las dinámicas urbanas y las políticas públicas, además de analizar el impacto del trabajo quilombista en las estrategias organizativas y de resistencia de las comunidades quilombolas en la ciudad. La investigación también aborda los desafíos que enfrentan estas mujeres en el proceso de fortalecimiento del protagonismo femenino en el contexto urbano y las formas en que buscan afirmar sus derechos territoriales frente a las presiones urbanas. Finalmente, el artículo resalta la importancia de reconocer y valorar los conocimientos y prácticas quilombolas en la planificación urbana, proponiendo reflexiones sobre cómo integrar estas perspectivas en las políticas urbanas de manera más inclusiva y justa.

Palabras clave: quilombos urbanos; planificación y gestión territorial quilombola; mujeres quilombolas.

Notes on urban planning, quilombista work, and territorial plans managed by quilombola women in Porto Alegre/RS

ABSTRACT: This article explores the interconnections between urban planning, quilombista work, and territorial plans managed by quilombola women in Porto Alegre, Rio Grande do Sul. The study investigates how territorial management carried out by these women articulates with urban dynamics and public policies, in addition to discussing the impact of quilombista work on the organizational and resistance strategies of quilombola communities in the city. The research also addresses the challenges faced by these women in the process of strengthening female protagonism in the urban context and the ways in which they seek to assert their territorial rights in the face of urban pressures. Finally, the article highlights the importance of recognizing and valuing quilombola knowledge and practices in urban planning, proposing reflections on how to integrate these perspectives into urban policies in a more inclusive and just way.

Keywords: urban quilombos; quilombola territorial planning and management; quilombola women.